



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Inclusão de alunos com deficiência  
no ensino superior brasileiro:  
análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.22993>



**Lucelia Mateus Lima\***

<https://orcid.org/0000-0002-0998-2560>



<http://lattes.cnpq.br/6098139511615407>



**Everson Manjinski\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



\* Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade Federal do Mato Grosso (PROFEI/UFMT) e Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

✉ [profalucelialima@outlook.com](mailto:profalucelialima@outlook.com)

\*\* Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROFEI/UEPG).

✉ [emanjinski@uepg.br](mailto:emanjinski@uepg.br)

**Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro:  
análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão**

**RESUMO:** Com o propósito refletir sobre a efetivação da inclusão de alunos com deficiência ingressos no ensino superior, o presente artigo traz reflexões a certa da educação inclusiva no âmbito das práticas pedagógicas. Diante do novo paradigma da educação inclusiva, que exige das instituições de ensino superior apoio as políticas educacionais, é imprescindível que essas instituições implementem práticas inclusivas no ambiente universitário. O objetivo geral da pesquisa é discutir sobre as implicações existentes no processo inclusivo, visando uma educação de excelência que contribua para o processo educacional da pessoa com deficiência. Como objetivos específicos, buscamos analisar a política de educação inclusiva, compreender a realidade do processo inclusivo dentro das universidades, e refletir sobre as ações existentes com vistas à efetivação de práticas significativas para a formação profissional dos acadêmicos. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, revisando e analisando estudos e documentos relevantes sobre educação inclusiva, práticas pedagógicas e políticas educacionais. Os estudos em andamento mostram que, apesar dos progressos nas políticas de inclusão, ainda existem lacunas significativas na implementação efetiva destas políticas nas universidades. As barreiras físicas e comportamentais e a falta de recursos adequados apontam como um dos principais desafios. As implicações práticas deste estudo apontam a necessidade urgente de capacitação contínua de professores, além do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis e recursos pedagógicos adaptados. A relevância deste estudo para o campo da Educação Inclusiva está na contribuição para a conscientização e promoção de práticas educacionais que realmente atendam às necessidades dos alunos com deficiência, fomentando uma cultura de inclusão e equidade no ensino superior.

**Palavras-chave:** Práticas inclusivas; ensino superior; aprendizagem.

**Inclusion of Students with Disabilities in Brazilian Higher Education:  
A Critical Analysis of Educational Practices and Inclusion Policies**

**ABSTRACT:** With the purpose of reflecting on the effectiveness of the inclusion of students with disabilities in higher education, this article offers insights into inclusive education within the scope of pedagogical practices. Faced with the new paradigm of inclusive education, which requires higher education institutions to support educational policies, it is essential that these institutions implement inclusive practices in the university environment. The general objective of the research is to discuss the existing implications in the inclusion process, aiming for an excellent education that contributes to the educational development of students with disabilities. The specific objectives are to analyze inclusive education policies, understand the reality of the inclusion process within universities, and reflect on the existing actions aimed at implementing meaningful practices for the professional training of students. To achieve these objectives, a bibliographic review was conducted, analyzing relevant studies and documents on inclusive education, pedagogical

## **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão**

Lucelia Mateus Lima e Everson Manjinski

practices, and educational policies. Ongoing studies show that despite progress in inclusion policies, significant gaps still exist in their effective implementation within universities. Physical and behavioral barriers, along with a lack of adequate resources, are identified as major challenges. The practical implications of this study point to the urgent need for continuous teacher training, as well as the development of accessible infrastructures and adapted pedagogical resources. The relevance of this study to the field of Inclusive Education lies in its contribution to raising awareness and promoting educational practices that truly meet the needs of students with disabilities, fostering a culture of inclusion and equity in higher education.

**Keywords:** Inclusive practices; higher education; learning.

### **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão de pessoas com deficiências tem gerado algumas discussões entre profissionais e familiares que buscam uma qualidade de vida onde lhes seja oportunizado o pleno exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática. A discussão a que nos referimos diz respeito à implementação de práticas inclusivas no contexto educacional de alunos com deficiência, que vem se modificando ao longo da história, caracterizando diferentes paradigmas nas relações das sociedades.

A inclusão exige uma transformação na prática pedagógica. Educadores precisam adotar estratégias diferenciadas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A Declaração de Salamanca (1994) defende o acesso das pessoas com deficiência às escolas comuns, integrando-as em uma pedagogia centrada no aluno.

Mantoan (2003, p.28) afirma que “as pessoas com deficiência precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais.”

Segundo Fernandes (2006), até o século XVII não havia na sociedade a preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas “diferentes” das demais. Assim, as pessoas com deficiência permaneceram às margens da sociedade em razão da sua condição física, sensorial e/ou cognitiva.

A educação especial passou por profundas transformações durante o século XX, orientada pela luta dos movimentos sociais que exigiam maior igualdade entre todos os cidadãos e a superação de todas as formas de discriminação, a fim de promover a integração dos alunos com deficiência.

A educação especial brasileira tem seu marco histórico com a criação dessas instituições que visavam o atendimento aos alunos com deficiência. Incluí-las na rede educacional não significa apenas proporcionar o acesso através da matrícula, vai muito além disso, e nesse sentido a acessibilidade amplia seu real significado.

Para a inclusão do aluno com deficiência, é preciso promover a permanência e o pleno desenvolvimento educativo, e para tal deve-se ofertar condições básicas para o seu desenvolvimento dentro do sistema escolar. Os entraves do processo inclusivo envolvem vários questionamentos sobre a efetivação de práticas inclusivas, e chegar ao ensino superior significa ter vencido várias etapas e a consolidação de um cidadão que está procurando firmar sua identidade profissional.

Nesta pesquisa, trazemos como problema o seguinte questionamento: Diante da Política Nacional de Educação Inclusiva, até que ponto a realidade da educação especial se alinha ao ideal proposto por essa política?

Neste sentido ele como objetivo geral da pesquisa é discutir sobre as implicações existentes no processo inclusivo, visando uma educação de excelência que contribua para o processo educacional da pessoa com deficiência. Como objetivos específicos, buscamos analisar a política de educação inclusiva, compreender a realidade do processo inclusivo dentro das universidades, e refletir sobre as ações existentes com vistas à efetivação de práticas significativas para a formação profissional dos acadêmicos.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir sobre as práticas inclusivas no ensino superior de forma a trazer reflexões sobre as práticas inclusivas e contribuir para a conscientização e promoção de práticas educacionais que realmente atendam às necessidades dos alunos com deficiência, fomentando uma

cultura de inclusão e equidade no ensino superior.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em andamento, revisando e analisando estudos e documentos relevantes sobre educação inclusiva, práticas pedagógicas e políticas educacionais. Os estudos mostram que, apesar dos progressos nas políticas de inclusão, ainda existem lacunas significativas na implementação efetiva destas políticas nas universidades. As barreiras físicas e comportamentais e a falta de recursos adequados apontam como um dos principais desafios para a efetivação do processo inclusivo no ensino superior.

## **2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Ao longo dos anos o Brasil, vem criando instrumentos norteadores da ação educacional e documentos legais que apoiam a construção de sistemas inclusivos nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal.

As instituições de ensino por sua vez, deve ter conhecimento dos instrumentos que orientam o sistema educacional, e assim reconhecer dos aspectos legais da educação especial, a fim de rever suas práticas oportunizando a inclusão de todos os estudantes.

Efetivar a inclusão, é preciso (...) transformar a escola, começando por desconstruir praticas segregacionistas. (...) a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais (Figueredo, 2002, p.66).

E através destes documentos foi possível pensar em uma nova forma de assegurar o direito das pessoas com deficiência, pois integrar já não atendia a demanda das especificidades da pessoa com deficiência. Surgindo então, novos termos para melhor adequar a proposta para a acessibilidade das pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca, 1994, veio reafirmar tal proposta, defendendo que as pessoas com deficiência devem ter acesso as escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centrada no aluno com deficiência, sendo capaz de

atender suas especificidades. Estamos diante de uma nova concepção que garante não só o acesso, mas a permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro.

Para Mantoan (2003, p.28), “as pessoas com deficiência precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. A inclusão de alunos com deficiência na rede regular exige uma nova postura pedagógica frente aos desafios educacionais, pois trata-se de uma política, cultural, social e pedagógica, onde se oportunize o direito pela educação sem ações discriminatórias.

A inclusão traz um novo significado para a ação pedagógica, e oportuniza uma reestruturação no fazer pedagógico pautado no compromisso com o processo ensino-aprendizagem.

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344).

A educação inclusiva não significar oportunizar acesso, mas dar condições para que o aluno tenha suas especificidades educativas atendidas e assim, possam se desenvolver. Porém ao mencionar o ensino superior de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LEI 9.394/1996) o acesso se faz por meio da conclusão do ensino médio via teste seletivo classificatório assim como os demais não fazendo referência as pessoas com deficiência publico alvo da educação especial.

A Lei 9. 394/96 que trata das diretrizes educacionais que assegura que os sistemas de ensino devam adequar-se ao currículo, metodologia de ensino, recursos para que as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário com vista a efetivação do processo ensino-aprendizagem, sendo que não há menção ou orientação para o ensino superior sendo direcionada à Educação Básica.

A organização do ensino superior frente a demanda da inclusão de pessoas

## **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão**

Lucelia Mateus Lima e Everson Manjinski

com deficiência vem ser discutida no Brasil por meio do documento organizado na Conferência Mundial de Educação Superior, Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação (UNESCO, 1998). Que tem como objetivo de prover soluções para estes desafios e de colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior.

Visto que para promover a acessibilidade e garantir a permanência além de objetivos em relação os aspectos do processo de ensino-aprendizagem o Programa Incluir viabilizou a criação de núcleos de acessibilidade no ensino superior nas instituições federais como forma de garantir o acesso das pessoas a esse nível de ensino, onde seria feita a reestruturação do acesso à universidade, recursos a receber e ampliação e implantação de serviços.

Quando falamos da inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional nos referimos à prática de garantir a todos os estudantes oportunidades iguais de acesso, participação e sucesso acadêmico. Vigotsky (1896-1934), “o educador deve ter estratégias diferenciadas para atender os alunos, já que todos não detêm o mesmo conhecimento, nem aprendem de forma igual.” Assim, se faz necessário aperfeiçoar a prática pedagógica em vista a atender as necessidades existenciais dos acadêmicos.

É visto que a inclusão do ensino superior envolve uma série de ações tanto políticas como práticas pedagógicas. Garantir o acesso requer um planejamento efetivo sobre o apoio educacional do acadêmico, as adaptações tanto das barreiras arquitetônicas quanto curriculares e capacitação do corpo docente.

A inclusão no ensino superior é uma abordagem holística que requer colaboração entre a administração da instituição, professores, funcionários de suporte e a comunidade estudantil. Ao adotar práticas inclusivas, as instituições de ensino superior podem promover a equidade e criar oportunidades educacionais mais justas para todos os estudantes.

Para Lehmkuhl (2022, p.34), o processo formativo do ser humano é mais

complexo do que oferecer recursos de acessibilidade, ou seja, precisa ser mediado pelo ensino e pelas relações sociais estabelecidas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência incumbe o poder público de assegurar o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”, acentuando a inclusão de “conteúdos curriculares, em cursos de nível superior [...], de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”. (Brasil, 2015).

Assim, dentro do contexto inclusivo as propostas está em organizar não só acesso e permanência, mas garantir o sucesso acadêmico frente as propostas curriculares de ensino. Os acadêmicos com deficiência chegam à universidade com algumas peculiaridades educativas que não foram sanadas na educação básica e por sua vez dificultam o processo ensino aprendizagem.

E diante do contexto inclusivo os docentes trazem questionamentos em relação à Políticas de inclusão existente, Leis e decretos, as ações efetivas na academia e programas que venham contribuir para o desenvolvimento do aluno com deficiência. A educação superior precisa organizar suas ações com foco na aprendizagem dos estudantes e formação do corpo docente para atender as demandas do sistema acadêmico.

A inclusão é uma realidade que presente nos cursos de graduação e o que presenciamos são orientações sem profundidade e muitas vezes frente ao novo paradigma da inclusão educadores ficam aquém do processo por se depararem com estrutura mínima em algumas instituições.

É preciso mais do que leituras e conhecimento das Leis vigentes sobre inclusão, necessita-se de ação e reflexão sobre as práticas educativas existentes e o ideal de inclusão. Para melhor compreensão e reflexão da prática inclusiva mostraremos a seguir dados que comprovam a inserção de alunos com deficiência nas universidades uma realidade que nos confronta com o real e o ideal ações inclusivas no contexto educacional.

### **3. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

As matrículas de alunos com deficiência ingressos no ensino superior aumentou significativamente, pois atualmente é perceptível a presença das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico frutos das lutas dos movimentos pela inclusão na busca pela prevalência dos direitos humanos de forma justa e igualitária. De acordo com o censo da educação superior em 2019 aumentou 144,83% o número de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. Apesar dos avanços legais, a implementação de práticas inclusivas enfrenta vários obstáculos. A falta de formação adequada para docentes e a necessidade de adaptações curriculares e arquitetônicas são barreiras comuns.

A tabela a seguir apresenta o aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior de 2009 a 2019:

**Tabela 01:** Número de matrículas de estudantes com deficiência em número total de matrículas no Ensino Superior brasileiro (2009-2019):

<b>Ano</b>	<b>Alunos com deficiência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Matrículas</b>
2009	20.530	0,34%	5.985.873
2010	19.869	0,31%	6.407.733
2011	22.455	0,33%	6.765.540
2012	26.663	0,38%	7.058.084
2013	29.221	0,40%	7.322.964
2014	33.475	0,43%	7.839.765
2015	37.986	0,47%	8.033.574
2016	35.891	0,45%	8.052.254
2017	38.272	0,46%	8.290.911
2018	43.633	0,52%	8.451.748
2019	48.520	0,56%	8.604.526

Fonte: INEP (2020).

É visto que com o aumento da matrícula de alunos com deficiência no ensino superior a demanda em relação a acessibilidade em seus variados aspectos, seja estrutural, recursos humanos, financeiros e adaptações curriculares urge em serem atendidas para que possamos ofertar e garantir a qualidade do ensino e oportunizar a promoção dos princípios dos direitos humanos que prima não só em “estar junto”, mas

de participar por igual e justa para que tenham suas peculiaridades atendidas, e assim a inclusão seja celebrada efetivamente.

Para Sanfelice (1989, p.36), a preocupação do ensino é garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados socialmente disponíveis, independente do ponto de partida que se fizer necessário para o início da ação pedagógica. Acreditamos que um dos entraves do processo inclusivo é a efetivação de práticas pedagógicas, onde a objetividade do ensino seja atingida.

Penso que caberia, sob as lentes da Pedagogia Histórico-Crítica, empreendero levantamento e estudo sistemático dos métodos que caracterizaram o ensino de pessoas com deficiência ao longo da história, para, a partir deles, repensarmos a organização do trabalho didático em tempos de inclusão escolar (Bezerra, 2016, p.279).

Não há como promover a acessibilidade sem uma mudança da prática ou melhor dizendo sem um estudo sobre e reformulação e adaptação no processo de ensino aprendizagem, ter um ambiente favorável, com recurso tecnológicos, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, os núcleos de acessibilidade, se não mudar a postura pedagógica, não direcionar o olhar para o fazer didático as políticas de inclusão perdem seu significado, pois trata-se de uma ação conjunta.

O sistema educacional brasileiro com vista na inclusão de alunos com deficiência passa por transformações adequações e a formação do profissional para atender o público-alvo da educação especial é necessária para que possamos melhorar a práxis.

Para Mantoan (2010), dentro do contexto da legislação e das políticas públicas é imposto novos posicionamentos educacionais visto que a falta de esclarecimento ainda é uma das grandes barreiras geradas pelo sistema de ensino, onde as ações da equipe pedagógica é insuficiente para atender a necessidades de todos os alunos.

Segundo Mendes (2006, p. 401), “faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas classes comuns”.

Figueiredo (2010, p. 13), a Educação Inclusiva enfrenta diversas dificuldades, dentre estas, as atitudes de educadores que ignoram os princípios norteadores da inclusão, alegando incapacidade e/ou despreparo para trabalhar com crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

Portanto entendemos que não basta atender o que preconiza as Leis, Decretos e demais documentos que orientam o sistema educacional inclusivo, é preciso ter conhecimento histórico-social para análise e contextualização da realidade, pois romantizar e otimizar a pedagogia inclusiva é um percurso longínquo sem definição de chegada, ou seja precisamos estudar a fundo sobre o processo inclusivo a quem se destina, para quê e como proceder para que tenhamos resultados satisfatórios levando em consideração os pontos positivos e vendo o erro como fonte de virtude para ressignificação das práticas inclusivas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior é um compromisso que nos traz desafios significativos para garantir o progresso na aprendizagem dos alunos, especialmente em um contexto tão diversificado em metodologias educativas. A principal meta da educação é garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de crescimento, independentemente de suas diferenças individuais. A forma como a aprendizagem acontece é impactada pelo método de ensino utilizado na escola.

Ora, se um número significativo de alunos conseguiu atingir a proposta didática, é visto que as estratégias usadas foram eficazes, porém quando nos referimos aos discente do ensino superior estamos falando de jovens e adultos que já possui uma maturidade educacional, e é o que se espera, mas nem sempre, muitos acadêmicos adquirem maturidade educativa dentro da academia, onde busca sanar suas especificidades educativas para que possam se desenvolver ao longo do processo.

Os estudos mostram a eficácia das estratégias didáticas no ensino superior.

Os resultados revelaram que embora alguns alunos tenham alcançado os resultados esperados, alguns encontraram obstáculos no desenvolvimento das competências exigidas. Em particular, os estudantes das escolas públicas muitas vezes ingressam na universidade sem a preparação adequada, o que representa um desafio significativo para a abordagem educacional.

Os alunos surdos, por exemplo, muitas vezes contam com intérpretes de LIBRAS, enquanto alguns professores também utilizam o português escrito. Outras lacunas são enfrentadas pelos profissionais especializados nos centros de apoio educacional, embora muitas instituições ainda tenham obstáculos na adaptação dos programas às necessidades individuais dos alunos. É relevante mencionar o relatório de desenvolvimento individual do aluno referentes aos anos anteriores aos que frequentaram o Atendimento Educacional Especializado – AEE, muitos desses relatórios permanecem na escola e neles contém informações importantíssimas para dar continuidade e adequar a sua práxis às peculiaridades do aluno.

Compreendemos que é fundamental reconhecer os seus limites e as especificidades dos alunos. A diversidade dos contextos educativos e as especificidades individuais dos alunos exigem uma análise constante e uma adaptação contínua das práticas educativas para promover uma inclusão eficaz. E, é essa a realidade de muitas instituições de ensino superior, mas o que queremos de fato e de direito que esse aluno adquira sucesso educacional e possamos devolver à sociedade um profissional competente, e que em um futuro ao vê-los em exercício profissional nos enchamos de orgulho para dizer: “ele foi meu aluno”. Todo educador se gratifica com o sucesso do seu aluno.

Para vivenciar a efetiva inclusão precisamos nos comprometer e ampliar os horizontes dos conhecimentos, concordamos com Freire (1996, p.14), quando afirma que não há pesquisa sem ensino e ensino sem pesquisa[...] pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A Educação Inclusiva nos impulsiona a análise, ao confronto de ideias, erros e acertos para ressignificar nosso exercício pedagógico, pois estamos trilhando um

## **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão**

Lucelia Mateus Lima e Everson Manjinski

caminho para uma efetiva prática inclusiva, onde todos possam aprender, pois o ideal de ensino nasce da práxis

Em suma, a educação inclusiva não é apenas um ideal, mas uma prática que exige constante reflexão e adaptação por parte dos educadores. A chave do sucesso reside na nossa capacidade de expandir o conhecimento e manter uma abordagem aberta e receptiva às diferentes necessidades dos alunos, promovendo assim uma verdadeira inclusão educacional.

E assim finalizamos, sua prática pedagógica se aproxima ou se distancia do ideal de práticas inclusivas? Nossa munição é o conhecimento e para que possamos abrir as mentes, precisamos estar abertos, abertos ao novo propósito de ensino.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Giovani Ferreira. Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146/2015 (Lei Ordinária). 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- FERNANDES, Cleonice Terezinha. A construção do conceito de número e o pré-soroban. Brasília: MEC/Seesp, 2006.
- FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade in ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- FIGUEIREDO, R. V. Escola, diferença e inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar (Organização). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. - Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér – Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Teresinha Teixeira dos Santos. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.
- MARTINS, Gilberto de Andrade e PINTO, Ricardo Lopes. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 2013.
- MENDES, Enicéia Gonçalves - A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação - vol. 11 n.33 set/dez 2006.
- Márcia de Souza Lehmkuhl; Raquel Fröhlich (Organizadoras). Inclusão no Ensino Superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UEDESC. Campo Grande: Editora Inovar, 2022. 177p.
- SANFELICE, José Luís. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os “deficientes mentais”. Cadernos CEDES, Campinas, n. 23, p. 29-37, 1989. (Edição Especial).
- VYGOTSKY, Leontiev, Luria. - Psicologia e Pedagogia. Lisboa, Estampa, 1977.
- ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa em Arte: Um Paralelo entre Arte e Ciência. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.